

A. I. N° - 08564205/03
AUTUADO - JOÃO MIRANDA FIGUEIREDO
AUTUANTE - WISTON PACHECO
ORIGEM - IFMT - DAT/NORTE
INTERNET - 30.10.2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0426-04/03

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. De acordo com a legislação tributária estadual, a nota fiscal deverá ser emitida antes da saída da mercadoria. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 06/06/03 pela fiscalização do trânsito de mercadorias, exige multa no valor de R\$ 690,00, em virtude da realização de operação sem a emissão de documento fiscal, apurada por meio de Auditoria de Caixa, conforme Termos anexos.

O autuado apresentou defesa tempestiva, fl. 9, alegando que na cidade de Santa Terezinha ninguém do seu ramo de atividade emite nota fiscal, uma vez que os compradores não pedem e as vendas são de pequeno vulto. Explica que, como os adquirentes de pão e de outros gêneros alimentícios não podem perder tempo esperando a emissão de documentação fiscal, ele deixa para emitir a nota fiscal no final do dia, atendendo ao previsto no art. 236 da Lei 6.284/97 [do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto nº 6.284/97], cujo teor transcreveu parcialmente. Às fls. 13 a 23, anexa fotocópia de notas fiscais para embasar suas alegações.

Salienta que optou pelo regime do SIMBAHIA e que recolhe R\$ 100,00 por mês, independentemente do valor da venda efetuada. Diz que considera a ação fiscal como uma “pegadinha”, pois os pequenos comerciantes só emitem a nota fiscal no final do dia, da semana ou até do mês. Ao final, solicita a anulação do lançamento.

Na informação fiscal, fl. 26, o autuante diz que a defesa confessa o cometimento da irregularidade apurada pelo fisco. Não acata a alegação defensiva pertinente ao art. 236 do RICMS-BA/97. Afirma que, ao classificar a ação fiscal como uma “pegadinha”, o contribuinte se portou de forma desrespeitosa. Ao final, solicita a manutenção do Auto de Infração.

VOTO

Inicialmente, ressalto que a auditoria de caixa, efetuada pelo fisco nos estabelecimentos varejistas, é um procedimento fiscal utilizado rotineiramente para verificar a regularidade da emissão de documentos fiscais, conforme consignou o autuado em sua defesa.

Após visitar o estabelecimento comercial do autuado para verificar a regularidade das operações ali realizadas (ver Termo de Visita Fiscal à fl. 5), o preposto fiscal realizou uma auditoria de caixa e, conforme o Termo de Auditoria de Caixa acostado à fl. 4, comprovou a realização de vendas sem a emissão da devida documentação fiscal, no dia 06/06/2003, no valor de R\$ 322,00.

Uma vez apurada a irregularidade, o autuante, de forma correta, exigiu que o contribuinte emitisse a nota fiscal – série D-1, no valor da diferença apurada e lavrou o presente Auto de Infração para cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória.

Não acolho a alegação defensiva de que emitia uma nota fiscal, no fim do dia, no valor total das operações, conforme previsto no art. 236 do RICMS-BA/97, pois não restou comprovado tal fato nos autos. As Notas Fiscais nºs 1121 e 1122 (fls. 13 e 14) não atendem aos requisitos do citado dispositivo regulamentar. As demais notas fiscais apresentadas (fls. 17 a 23) são posteriores à ação fiscal e algumas contêm rasuras na data de emissão.

O fato de o autuado ter optado pelo regime do SIMBAHIA não o exime da obrigação de emitir a documentação fiscal correspondente às operações efetuadas, nos termos do artigo 408-C, inciso V, do RICMS-BA/97. Do mesmo modo, a citada dificuldade financeira não justifica a dispensa da multa, pois não estão comprovados nos autos que o contribuinte preenchia os requisitos legais para usufruir tal benefício.

Em face do comentado acima, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **08564205/03**, lavrado contra **JOÃO MIRANDA FIGUEIREDO**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de outubro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR